

ENTREVISTA COM SJOERD TOP, DIRETOR EXECUTIVO DO MAOC (N):

“A TRÊS MESES DO FIM DO ANO, JÁ SUPERÁMOS O ANTERIOR RECORDE DE APREENSÕES. O SEGREDO? TRABALHO EM EQUIPA!”

O MAOC (N), Maritime Analysis and Operations Centre (Narcotics) é uma iniciativa de seis Estados-Membros da União Europeia (França, Irlanda, Itália, Espanha, Países Baixos e Portugal), e do Reino Unido, cofinanciada pelo Fundo para a Segurança Interna da União Europeia. O Centro proporciona um fórum para a cooperação multilateral, para combater o tráfico ilícito de drogas por via marítima e aérea, afirmando-se como um centro de inteligência que combina autoridades policiais, militares, alfandegárias e marítimas e analistas e oficiais de ligação. O Centro foi inaugurado a 30 de setembro de 2007, em Lisboa, na sequência da assinatura de um Acordo Internacional pelos Ministros de cada um dos países parceiros. O MAOC (N) é composto por Oficiais de Ligação com o País, que representam as autoridades policiais, alfandegárias, militares e marítimas das nações europeias participantes, bem como por oficiais de ligação permanentes dos Estados Unidos (a Drug Enforcement Administration e a Joint Interagency Task Force – South).

O espírito, as práticas de trabalho e as operações do MAOC (N) procuram minimizar a burocracia e, simultaneamente, maximizar a atividade operacional. Para além da inteligência e dos meios navais e aéreos fornecidos pelos seus países parceiros, o sucesso do MAOC (N) é também atribuído a outros fatores, nomeadamente ao modelo de trabalho, em que os oficiais de ligação das autoridades civis e militares trabalham lado a lado com total transparência e paridade, colaborando para um objetivo comum. Esta abordagem é ainda reforçada através da contribuição de uma equipa altamente especializada de analistas empregada no Centro, que Dependências foi conhecer, em entrevista ao seu Diretor Executivo, o neerlandês Sjoerd Top...



Depois de ter servido durante mais de 25 anos a Polícia Nacional Neerlandesa, por que aceitou este desafio de liderar uma organização como o MAOC (N)?

Sjoerd Top (ST) – Na Polícia Nacional Neerlandesa tive várias e diversificadas oportunidades, mas nunca a de trabalhar num contexto tão marcadamente internacional como este. No MAOC (N), baseamo-nos num tratado assinado por sete ministros, em 2007, que define que, a cada quatro anos, deve haver uma mudança de diretor. Após estes quatro anos, qualquer um destes sete países tem a possibilidade de apresentar um candidato à direção executiva e, em conjunto, decidem qual o que melhor encaixa na equipa naquele momento. Então, quando ouvi falar nesta possibilidade, pensei de imediato que este seria um ambiente de trabalho fantástico, até porque, na minha última missão ao serviço da Polícia Nacional Neerlandesa, tinha trabalhado com o MAOC (N) em vários casos de tráfico internacional de drogas...

Ou seja, já estava por dentro...

ST – Sim, já tínhamos casos em que o MAOC (N) coordenava e analisava, ao nível dos serviços de inteligência, casos em que a Polícia Nacional Neerlandesa estava envolvida. Além disso, com toda a honestidade, o facto de este instituto estar sediado em Portugal, particularmente em Lisboa, também pesou muito na minha decisão. Já tinha tido a oportunidade de viajar duas vezes, como turista, para Portugal e, quer eu, quer a minha esposa, adorámos este país. A minha esposa trabalhava nos Países Baixos e teve de abdicar do seu emprego para que fosse possível eu trabalhar aqui, portanto, esta localização foi igualmente um fator que muito contribuiu para a decisão.

Está nesta missão há dois anos...

ST – Sim, iniciei em novembro de 2021 e o cargo é definido para dois anos, podendo ser renovado por um período igual, após uma avaliação por parte da comissão executiva e pelo próprio diretor. Neste caso, a direção executiva prendeu-me com mais dois anos, tudo está a correr bem e cá estarei até novembro de 2025.

Como avalia estes dois anos?

ST – Honestamente, estou muito grato por esta oportunidade que me foi concedida. Temos um grupo fantástico de profissionais neste Centro. Com o apoio da Comissão Europeia, pude aumentar o número de analistas, sendo que em 2020 tínhamos apenas cinco e, atualmente, temos dez. Com este apoio e algum financiamento extra, os nossos recursos duplicaram, o que nos possibilita não só fazermos este trabalho operacional, que é o “coração” do nosso Centro, mas igualmente obter alguma capacidade de construção em conjunto com outras redes, projetos e agências em partes do mundo que considera-



mos importantes. Temos um grupo fantástico de oficiais de ligação de cada país representado no MAOC (N), sendo que a grande especificidade do MAOC (N) é que não temos apenas esses oficiais dotados de uma retaguarda de autoridades policiais, mas igualmente com uma retaguarda militar. Ou seja, temos alguém da Marinha Portuguesa, alguém da Marinha Francesa, alguém da Força Aérea Portuguesa, entre outros, a trabalharem aqui e, a cada semana, temos reuniões operacionais nesta mesma mesa em que concedo a entrevista, onde discutimos novos “navios de interesse” - é esta a designação que lhes atribuímos - e que representam embarcações ou aviões que, provavelmente, trarão drogas de África ou da América do Sul para a Europa. Em suma, não apenas coordenamos estes casos, como também tentamos perceber que possibilidades existem para a marinha efetuar interceções ou para as forças aéreas realizarem verificações nos navios em que estamos interessados. Trata-se de algo muito específico e nunca vi algo similar na Europa, em que contamos simultaneamente com as forças policiais e as forças militares a trabalharem em conjunto com dez analistas. Em conclusão, avalio muito positivamente e estou muito feliz com o contexto e ambiente de trabalho aqui, assim como com o apoio e confiança dos países do MAOC (N) e da Comissão Europeia no nosso Instituto. E graças a tudo isto, já conseguimos não só atingir uma quantidade recorde de apreensões este ano, superando a esta altura em 50% o recorde que havíamos atingido em 2021, mas acima de tudo, os países partilham atualmente mais inteligência do que alguma vez o haviam feito, o que representa para mim um sinal de confiança. E, no final, as apreensões, as interdições e as drogas capturadas surgem naturalmente. É tudo uma questão de apoio por parte dos países e aos países. Temos excelentes relações com alguns países de África Ocidental, países da América do Sul e da América Latina, e uma relação muito próxima entre quatro continentes, porque também temos aqui os EUA representados com dois oficiais.

Para quem não conhece o MAOC (N), poderemos defini-lo como uma aliança baseada na inteligência entre a Europa, América e África Ocidental?

ST – Sim, basicamente é isso...

O que parece requerer abordagens e operações muito baseadas em métodos científicos...

ST – Sim, muitas vezes fazemo-lo, absolutamente. Voltando atrás no tempo, os ministros dos sete países que fundaram o MAOC (N) - Maritime Analysis and Operations Centre (Narcotics) – fizeram um excelente trabalho. O sucesso de hoje alicerça-se nas decisões que tomaram na altura. Éramos sete países com a mesma abordagem perante o tráfico de droga e costumava dizer que não somos uma agência

européia formal, o que me possibilita ser mais ágil do que noutras. Eu trabalho com sete países europeus e com os EUA, o que me facilita a tarefa, porque somos muito operacionais e tentamos ser o menos políticos possível porque pretendemos fazer a vida do crime organizado e dos traficantes internacionais de drogas o mais dura possível. E não temos que lidar com outros assuntos políticos em torno disto. Este é o nosso ponto focal, o que nos torna a tarefa mais simples e fácil se nos compararmos com outras organizações, como o EMCDDA, a EMSA ou a Europol quando pretendemos ter estas relações com outros países. Mas concordo consigo quando refere que temos essa abordagem científica. Somos uma plataforma operacional de inteligência, mas a forma como lidamos com a inteligência torna-nos mais fácil a partilha. Então, uma das abordagens científicas que elegemos, diria que se situa ao nível da paridade da inteligência, que representa mesmo um dos pilares do MAOC (N) e que significa que se partilharmos inteligência para o centro, a mesma será disseminada pelos sete países europeus e os EUA, ao mesmo tempo. Nenhum dos países tem acesso reservado ao que é partilhado. E a melhor parte de tudo isto é que, numa periodicidade semanal, acabamos por receber inteligência por parte de países que não esperávamos. A título de exemplo, os franceses solicitam inteligência sobre um navio espanhol, que acaba por ser fornecida pelos italianos, o que não seria de esperar. Mas os italianos, que também recebem essa inteligência, verificam a sua base de dados e comunicam-nos que determinada pessoa, a bordo do navio, foi alvo de uma investigação da nossa parte por tráfico de droga. E, provavelmente, os franceses trabalharão em conjunto com os italianos. Reafirmo: temos casos deste género numa periodicidade semanal. E tenho que reforçar que os fundadores do MAOC (N) pensaram nisto e temos que lhes agradecer por todo o sucesso que estamos atualmente a ter, graças a essa perspetiva de cooperação internacional. Pensaram realmente de uma forma diferente, naquela altura.

É difícil convencer países da América do Sul e da África Ocidental a cooperar convosco em áreas tão sensíveis? É que as drogas provêm daqueles territórios mas, ao que sabemos, não existe uma rota inversa...

ST – Para ser sincero, existe. Nos últimos dois anos, temos visto vários navios com destino à América do Sul com haxixe. Há uma troca entre haxixe e cocaína, sendo que o preço do quilograma de haxixe de alta qualidade, em certos países, é o mesmo da cocaína, mas também se verifica isso ao nível dos percursoros, das metanfetaminas, ecstasy e outras drogas sintéticas da Europa para outras partes do mundo, incluindo a América do Sul. Enquanto, até há 15 ou 20 anos atrás, a Europa era essencialmente um mercado de consumo, hoje somos



também um mercado de produção. Claro que é bastante difícil conquistar a confiança de outros países, portanto, temos de trabalhar durante vários anos para construir essa confiança com muitos destes países. E, na minha perspectiva, neste momento existem vários países interessados em cooperar com o MAOC (N). Ainda na semana passada, tive encontros bilaterais com ministros de países da América Latina, onde tive a felicidade de me encontrar também com Alexis Goosdeel, Presidente do EMCDDA, que pediam cooperação e colaboração entre o MAOC (N) e os seus países, porque pensamos que podemos beneficiar entre ambos os lados do oceano. E, apesar de parecer fácil, nos Países Baixos existe um ditado que diz que a confiança vem a pé e vai embora a cavalo. É muito lenta a construção da confiança, mas é muito fácil de destruir se forem cometidos erros, se disseminarmos inteligência pelas agências erradas. E então serão necessários anos para voltarmos ao ponto em que estamos atualmente. Por isso, temos regras muito específicas e rígidas quanto ao manuseio da inteligência e creio que, no passado, demonstrámos quão bem-sucedidos podemos ser e os próprios países percebem hoje que nunca serão capazes de serem bem-sucedidos apenas por si próprios ou agindo sozinhos. Devemos focar-nos nestas premissas: atualmente, os principais países produtores da América do Sul estão a tornar-se países também consumidores, com um mercado apetecível para cocaína, haxixe e, provavelmente, fentanil; a Europa, que era essencialmente um continente de consumo, está a tornar-se hoje um continente produtor e, pelo meio, uma região altamente estratégica entre a Europa e a América do Sul, temos a África Ocidental. E temos que apoiar claramente estes países, que não fazem parte de uma região consumidora, mas estão no meio, entre a América do Sul, a América Latina e a Europa e acolhem todos os malefícios referentes ao tráfico internacional, o que traz instabilidade à região. Então, pedi aos ministros da Europa e da América do Sul que apoiassem o Golfo da Guiné e os países de África Ocidental. Nos últimos anos, o tráfico de droga tem originado muita violência, até na Europa, com ministros ameaçados, uma família de

testemunhas foi morta um jornalista morto, um juiz foi morto e muita instabilidade e corrupção tem vindo a condicionar democracias locais. E se vemos isto nos Países Baixos, na Bélgica ou na Suécia, imaginemos nos países da África Ocidental...

Sendo certo que o foco principal do MAOC (N) é o tráfico de droga, relacionado com este fenómeno temos o tráfico de seres humanos, de armas e outros crimes... Em que medida contribui a ação do MAOC (N) para apanhar também esses criminosos que se dedicam a outros ramos que não o da droga?

ST – Sim... duas coisas a dizer sobre isso: primeiro, não se trata apenas da quantidade de drogas que apreendes. É a organização criminal por detrás. O que observamos é que esta organização criminal não lida apenas com drogas mas com tudo o que lhes proporciona ganhar dinheiro. Então, aquilo que víamos antes para contrabandear algo entre Portugal e Espanha há uns anos será hoje usado para contrabandear droga. Então, quando conseguimos atingir estes grupos criminais organizados face ao tráfico de drogas que fazem, também os estamos a atingir relativamente a outras práticas que exercem, porque umas práticas suportam as demais. Por outro lado, a Comissão Europeia também apoia um grande programa, chamado Global Illicit Flows, que tem projetos específicos que estão a lidar com fluxos internacionais ilícitos. Pode ser tráfico de drogas, de armas, de seres humanos, de animais ou madeira, e o que fazemos é apoiar estes projetos com o nosso conhecimento, nomeadamente nas Caraíbas, América do Sul e África Ocidental, oferecendo treino e inteligência marítima e apoio por parte dos nossos analistas. E sim, temos projetos baseados especificamente em fluxos ilícitos de que fazemos parte.

Sabendo-se que estão envolvidos numa batalha que nunca será ganha, em que medida constituirá o foco em produzir danos a estas organizações criminais?

ST – Sim, é verdade, apesar de não estar tão certo de que nunca seremos capazes de vencer esta batalha... mas não fazer nada não é opção. Temos de apoiar os países porque este tráfico ilícito traz instabilidade em todas as regiões e países e muita violência e é isso que temos de enfrentar. Esta cooperação internacional mostra que, quanto mais partilharmos inteligência, mais possibilidades temos de identificar e enfrentar grupos criminais organizados. Espero que, num futuro próximo, mais países vejam esta oportunidade e partilhem mais inteligência e, se houver alguns aspetos que requeiram privacidade, teremos de encontrar outras soluções de legislação para apoiar estes casos de tráfico internacional. Este é mais um exemplo em que podemos mostrar ao mundo que não existe outra opção senão a cooperação internacional. Como disse, temos quatro continentes representados, porque o nosso mandato prende-se com o Oceano Mediterrâneo e o Atlântico, mas também temos contactos semanais com a Nova Zelândia e a Austrália, relacionados com navios que cruzam o Oceano Pacífico. É uma batalha universal e temos de trabalhar em conjunto. Quanto ao dano que produzimos a estas organizações criminais, sim, é muito profundo. Não posso entrar em muitos detalhes, mas posso afirmar que alguns países conseguiram atingi-los severamente através das interdições levadas a cabo onde o MAOC (N) estava a coordenar alguns casos. Tivemos recentemente um enorme caso, coordenado entre EUA, França, Reino Unido e Irlanda, que resultou numa fantástica interceção nas águas costeiras irlandesas, com um enorme apoio internacional, e o MAOC (N) representou um papel muito útil e tenho a certeza de que muitas mais detenções resultarão deste caso. Estou a falar de duas toneladas de cocaína num navio e, sim, este é um enorme dano imputado aos grandes criminosos. Assim como



terá tido conhecimento, há uns anos atrás, de um episódio em que agências de forças policiais foram capazes, com o apoio da Europol, de captar telefones encriptados e as informações transmitidas por estes meios, que não fazem chamadas mas enviam mensagens encriptadas, mostraram como estes líderes de grupos de crime organizados estão envolvidos nestes envios de cocaína da América do Sul, através da África Ocidental, até à Europa.

Consegue estimar a quantidade de drogas que não permitem que entre na Europa anualmente?

ST – O nosso recorde remonta a 2021, em que, sob a coordenação do MAOC (N), apreendemos mais de 40 toneladas de cocaína...

Por mar?

ST – Sim, por mar. Digamos que 95% e os restantes 5% serão por via aérea e não representam aquelas grandes apreensões em quantidade. Este ano, até ao dia 1 de outubro, já ultrapassámos as 58 toneladas. Com três meses ainda até ao final do ano, já temos mais cerca de 50% de apreensões...

E só estamos a falar de cocaína...

ST – Sim, apenas de cocaína. O que constatamos atualmente é que existem menos casos de haxixe e raramente vemos heroína porque as rotas são diferentes. Atualmente, são mais originárias do Afeganistão até ao Este de África ou aos balcãs, porque a oferta é distribuída por via marítima ou aérea, e raramente passa por esta parte do oceano até à Europa. Apreendemos alguma quantidade significativa de haxixe, mas atualmente o que observamos é estes grupos organizados de crime a usarem barcos ultrarrápidos entre o Norte de África até ao sul de Espanha ou o Algarve. Estas embarcações são tão rápidas e diretas de Marrocos ao Algarve que nem sequer é necessária coordenação internacional, uma vez que as autoridades nacionais portuguesas e espanholas lidam com estes casos. Portanto, fazem muitas apreensões nesse contexto, mas as mesmas não são traduzidas nas estatísticas do MAOC (N) e as que fizemos recentemente reportam a uma altura em que a substância é transportada do norte de África ou da Europa para a América do Sul. Por outro lado, a quantidade de drogas produzidas nos chamados países de livre produção nunca foi tão alta. Nos últimos dez anos, mais do que duplicou e o número de colheitas por ano também têm vindo a aumentar. Tendo isso em conta, costumamos ouvir por parte do EMCDDA que somos muito bem-sucedidos na vertente policial da luta contra o tráfico, mas a verdade é que não temos tido tanto sucesso do lado da procura porque a quantidade de pessoas que consomem drogas na maioria dos países europeus está a crescer.

Também sabemos que esta indústria, constituída pelos grupos criminosos controlam os mercados e determinam os consumos através da oferta. Se já assistimos no passado a uma epidemia de heroína, hoje, além da canábis, a substância mais consumida, proliferam substâncias sintéticas e outras tradicionalmente usadas como medicamentos... acredita que as abordagens menos conservadoras que muitos países estão a implementar, com produção própria de canábis e regulação da produção e dos consumos, eliminando o uso da esfera do crime, também poderão criar dano a esta indústria?

ST – Creio que a estratégia portuguesa, mais voltada para a heroína, foi muito bem-sucedida, há uns anos atrás. As abordagens governamentais certas certamente ajudarão e serão decisivas para a forma como estas coisas se desenvolvem em determinado país, até porque existem grandes diferenças geográficas, até entre países europeus, quanto mais noutros continentes. Por outro lado, observamos hoje um envolvimento da qualidade do produto, ou seja, no caso da canábis, por exemplo, a quantidade de THC presente hoje torna possível algo impensável há 20 anos atrás, que uma pessoa fique dependente, sofra episódios de urgência, tenha psicoses, etc. Atualmente, experiências em países como os EUA ou o Canadá, o que observamos é que, apesar da produção legal de canábis e da venda praticamente livre em farmácias, os grupos criminosos organizados respondem, assegurando um produto com maior qualidade vendido a um preço mais baixo. E pensem no que está a acontecer, por exemplo, nos EUA com a prescrição de medicamentos legais para a dor, que têm levado tanta gente à adição... Por isso, aprecio muito o modelo português, que continua a proibir o consumo, mas define uma quantidade para uso que evita idas a tribunais ou prisões, optando por uma abordagem que ajuda não só as pessoas com CAD mas igualmente as suas famílias. Creio que é uma área em que os países deveriam envolver-se mais: não apenas do lado da repressão, da oferta, mas igualmente no domínio da procura. É este equilíbrio que vejo em Portugal e tanto aprecio.

Pelo que me foi dado a entender, os vossos analistas são uma peça fundamental do MAOC (N): leem, analisam e interpretam informação e são uma chave em todo o processo...

ST – Sim. Fico feliz por dizer que são uma chave porque partilhar inteligência não é suficiente para que tenhamos sucesso. É necessário partilhar, mas depois também é preciso que seja analisada e disseminada. Os analistas trazem a inteligência fornecida pelos países e combinam-na com inteligência que recebemos de fontes abertas e de ferramentas que temos na área marítima e da aviação. E depois procuramos encontrar combinações entre navios, pessoas, negócios, organizações, telemóveis... além disso, os nossos analistas treinam pessoas da nossa rede na África Ocidental e na América Latina, então é muito fácil para nós contactarmos alguém na Colômbia, Brasil ou Cabo Verde, informá-los que há um navio a caminho do seu território e pedir-lhes que façam um check-up ou que saibam um pouco mais acerca dessa organização. Além disto, e porque temos tantos casos operacionais, produzimos relatórios estratégicos e táticos para os decisores políticos. Se vemos haxixe a deslocar-se para sul, então temos um novo mercado para esta substância. Durante as nossas reuniões da Direção Executiva, que ocorrem duas vezes por ano, convidamos o EMCDDA a apresentar-nos as últimas tendências.

Portugal continua a ser uma porta de entrada de drogas na Europa?

ST – Sim, claro, pela sua localização estratégica. Uma das nossas vantagens tem a ver com os Açores e a Madeira, onde existe polícia marítima e, por vezes, a marinha. Já nos portos de Setúbal e de Sines, a PJ tem apreendido várias cargas significativas de cocaína que tinham como destino outros países depois de chegarem a Portugal.



Falamos essencialmente de cocaína?

ST – Sim, essencialmente cocaína, mas igualmente cânabis proveniente do Norte de África, uma vez mais devido à localização estratégica. É muito difícil levar cocaína, por exemplo, para a Suíça ou Áustria, onde não existem portos. Por isso, Espanha, Portugal e França são os três primeiros países europeus que se atravessam quando se tenta entrar em águas europeias e, como tal, estes são os países que mais interceções fazem. Como é óbvio, estamos mais focados na cocaína, porque o nosso mandato está relacionado com drogas que vêm da América do Sul e África e dificilmente teremos heroína vinda da América do Sul.

Consegue estimar quantas intervenções realizam por mês?

ST – Cerca de quatro por mês. Diariamente, verificamos mais de 500 embarcações.

Enquanto Diretor Executivo, o que sente quando vence uma batalha?

ST – Os melhores momentos ocorrem quando existe a possibilidade de o MAOC (N) coordenar estes casos internacionais. Na semana passada, tivemos um caso na Irlanda em que pudemos dar apoio e em que houve envolvimento de França, Reino Unido, EUA, MAOC (N) e outros países, em que pudemos realmente fazer a diferença. Os melhores momentos acontecem quando nenhum país reclama os créditos, porque resulta de um esforço de equipa.

Mas vocês nunca “recebem a medalha”... ao contrário do país onde é capturada a droga...

ST – Claro, eles fazem provavelmente os trabalhos mais difíceis, mas nós vemo-lo como um esforço de equipa e é óbvio que parabenizaremos os irlandeses, mas estes dirão certamente que foi um trabalho de equipa.

Nunca sentiu que anda a pescar peixe pequeno em vez de tubarões?

ST – Por vezes fazemo-lo porque se intercetarmos, por exemplo, um navio de pesca brasileiro, sabemos que os pescadores brasileiros a bordo são pessoas pobres e o que recebem será, para eles, uma significativa quantia de dinheiro, mas nunca serão mais do que “mulas”. Mas temos que fazer estas interdições, que nos permitem reunir provas e causar danos nos grupos organizados do crime e nas suas organizações e é a partir desses momentos que começam a cometer erros. Mas também reunimos inteligência a partir de cada apreensão que fazemos, sobre onde são produzidas as drogas, qual seria o destino, quem estava envolvido e as equipas de investigação recebem preciosos auxílios a partir da inteligência produzida por esta via. No final, as pessoas a bordo são peixe pequeno, mas a inteligência que reunimos a partir daí ajudar-nos-á a apanhar o peixe grande. E, em muitos destes casos, porque o valor da cocaína é tão alto, muitos grupos criminais têm alguém da organização a bordo para controlar a mercadoria.

